



Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1996.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Cláudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Iroldi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

DECRETO LEGISLATIVO N° 006/96

SÚMULA: Autorizar o Senhor Governador ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América, França e Turquia.

Data: 15 de maio de 1996.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País entre os dias 20 e 31 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América e a França, e entre os dias 09 e 20 de junho próximo, a Istambul, Turquia e aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de relevante interesse do Estado do Paraná.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.05.96

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 11.367

Data: 03 de maio de 1996

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instalar unidades de DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO, em todas as Cidades Polos de Microrregião do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar unidades de DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO, em todas as Cidades Polos de Microrregião do Estado.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.05.96

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI N° 11.368

Data: 03 de maio de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa do Produtor Rural".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a construir, reformar e financiar, total ou parcialmente, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, moradias populares, destinadas ao pequeno produtor rural, pelo Sistema denominado "Casa do Produtor Rural", no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2° - O Sistema denominado de Casa do Produtor Rural, somente será oferecido aos denominados micro e pequenos produtores, na forma do § 1°, do art. 154, da Constituição Estadual, e art. 4° da Lei n° 9.917, a proprietários e assentados em assentamentos oficializados pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, no território paranaense.

Parágrafo Único - Nos assentamentos oficializados pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal, no território do Estado, o Sistema Casa do Produtor Rural atenderá às famílias individualmente, nas suas respectivas áreas de terra.

Art. 3° - As moradias do Sistema denominado de Casa do Trabalhador Rural não poderão ser transferidas de proprietário, enquanto perdurar o financiamento junto à Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, excetuando-se os parentes de proprietários até 2° grau em linha reta.

Art. 4° - A construção das moradias pertencentes a este Sistema, não poderá exceder a 70m² (setenta metros quadrados).

Art. 5° - Os pretendentes à inclusão neste Sistema, não poderão possuir outro imóvel rural ou urbano, além do previsto no art. 2° desta Lei.

Art. 6° - Os pagamentos das prestações das moradias do Sistema denominado "Casa do Produtor Rural", far-se-ão total ou parcialmente, por intermédio de equivalência de produtos agrícolas: milho, arroz, feijão, algodão, trigo ou outros produtos agrícolas, que assim entender a Secretaria de Estado da Política Habitacional em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Parágrafo Único - Os produtos agrícolas que servirão como forma de pagamento através de equivalência, terão que ser produzidos nas áreas agrícolas aludidas no art. 2° desta Lei.

Art. 7° - Fica facultado aos proprietários do Sistema, o financiamento total ou parcial da construção, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional.

Art. 8° - A construção das moradias por este Sistema, será supervisionada tecnicamente e fiscalizada pela Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional

ou por delegação desta, às Prefeituras Municipais.

Art. 9º - Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Governo do Estado do Paraná obrigado a criar no próximo orçamento, na Secretaria Especial da Política Habitacional, rubrica orçamentária específica para implementar o sistema de moradias populares, intitulado de Casa do Produtor Rural.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 1996, ano base 95, as despesas de que trata este artigo serão cobertas pela abertura de crédito adicional especial, utilizando-se um dos recursos previstos no § 1º, do art. 41, da Lei nº 4.320/64.

Art. 10 - O Governo do Estado regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contando da data de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.05.96.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duílio Gerari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na Discussão e Votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/96, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 201/95, item 02 da Sessão Extraordinária do dia 15.05.96.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUEP após ouvido o Plenário a retirada por 10 sessões, da Proposição nº 42/96 - Veto ao Projeto de Lei nº 243/95, que dispõe sobre adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, de nossa autoria.

Tal requerimento se destina a analisar o veto com mais afinco.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação da Proposição nº 40/96, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 15.05.96.

(a) JOEL COIMBRA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, da Proposição nº 42/96, Veto ao Projeto de Lei nº 243/95, constante do expediente da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 201/95, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, da Proposição nº 40/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/96 que autoriza o Governador do Estado ausentar-se do país com destino aos Estados Unidos, França e Turquia entre os dias 20 e 31 de maio do corrente e 09 e 20 de junho próximo vindouro, conforme especifica.

DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/96 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País entre os dias 20 e 31 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América e a França, e entre os dias 09 e 20 de junho próximo, a Istambul, Turquia e aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de relevante interesse do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.05.96.

(a) PODER EXECUTIVO

Aprovado.

Com o apoio do Deputado ~~Caio~~ Quintana que declinou o encaminhamento da votação.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 041/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 201/95 de autoria do Deputado Cezar Silvestri que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava uma Delegacia da Mulher. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 070/96.

Curitiba, 12 de abril de 1996.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 009/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 201/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 201/95 encontra-se publ. no D.A. nº 62/95, de 05.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 041/96

P A R E C E R :

A presente proposição veto oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 201/95 do Deputado Cezar Silvestri que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a instalar em Guarapuava uma Delegacia da Mulher.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à presente matéria e por estar de acordo com o prazo regimental, está em condições de ser submetido ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Os Senhores Deputados que forem aprovar o Veto, irão votar com cédula Sim; os Senhores Parlamentares que rejeitarem o Veto, usarão a cédula Não.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - 49

Senhores Deputados votaram. Convido os Deputados Péricles Mello, Jocelito Canto, Cezar Silvestri, João Techy e Caíto Quintana, para fazer a escrutinação dos votos.

Pela manutenção do Veto, 8 votos; pela rejeição do Veto, 39 votos, votos em branco, 2.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 040/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 510/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que altera os § 2º, 3º e 4º, do art. 12 da Lei nº 9.887 de 30/12/95. (funcionários - professores). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Conforme requerimento de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra acima aprovado, fica adiada a discussão por 10 (dez) sessões da Proposição nº 040/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 510/95.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 003/96

Curitiba, em 10.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 319/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 510/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação dos §§ 2º, 3º e 4º, do art. 12, da Lei nº 9.887, de 30 de dezembro de 1991.

Os dispositivos cuja alteração é pretendida, versam sobre vantagens pecuniárias a integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado e aos docentes inativos que tenham requerido aposentadoria protocolada até 30 de dezembro de 1991, sendo que as modificações almejadas viriam estender tais vantagens de forma extremamente onerosa ao erário, pelos efeitos retroativos que ensejariam

caso fossem acolhidas.

O veto apostado ao projeto de lei em referência decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, porque afronta os mandamentos contidos no art. 66, incisos I e II, da Carta Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para a iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico ou que aumentem sua remuneração.

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 10/95, encontra-se publicado no D.A. nº 167/95, de 27.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO GOVERNAMENTAL

PROPOSIÇÃO Nº 040/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, altera os parágrafos 2º e 4º, do artigo 12, da Lei nº 9.887, de 30.12.95.

Analisando o veto governamental em epígrafe, o mesmo foi devolvido em tempo hábil e encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 27.02.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 243/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Conforme requerimento de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini acima aprovado, fica retirado por 10 (dez) sessões, a Proposição nº 042/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 243/95.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 074/96

Curitiba, em 16.04.96.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 011/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade

de do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 243/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que substância atóxica, volátil e de odor aversivo será adicionada ao benzeno, ao tolueno e ao xileno puros, aos produtos que contenham estes solventes e aos que utilizem como matéria-prima, no Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

O projeto de lei em causa, inobstantemente ter sido considerada a louvável preocupação do legislador, não pôde merecer acolhimento em face de pronunciamentos expendidos pelas Secretarias de Estado em cujas áreas de atuação o assunto vinculasse, todas entendendo que a matéria, pela forma como está posta, seria de difícil executabilidade. De tais pronunciamentos destacam-se e abaixo vão transcritos, trechos dos prestados pelas Secretarias de Estado da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que, respectivamente, asseveram:

"Assim sendo, esta Secretaria de Estado da Saúde - SESA, recomenda o não sancionamento da lei, até que haja especificação da substância proposta, com documentação comprovando a ausência de toxicidade.

Sem tal medida, a sua aplicabilidade ficará prejudicada, podendo ainda acarretar transtornos sérios para o governo na relação com as indústrias e os órgãos reguladores da saúde do trabalhador."

"Entretanto, face à falta de definição consistente e do ponto de vista químico da substância a que se refere o artigo 1º do referido projeto e, levando em consideração o trâmite do Senado Federal de Projeto de Lei que trata da mesma matéria, somos de parecer contrário à sanção do Governador ao assunto em pauta, enquanto as questões acima referidas não forem devidamente equacionadas, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista legal."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 243/95, encontra-se publicado no D.A. nº 75/95, de 22.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 042/96

P A R E C E R:

A presente proposição veto oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 243/95 do Deputado Walmor Trentini

que dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação ao prazo, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões, em 08.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, César Seleme, Élio Lino Rusch e Edno Guimarães. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 366/95. Relator: Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 523/95. Relator: Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte nove dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e noventa e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Senhores Deputados Renato Adur, Élio Lino Rusch e Luiz Carlos Alborghetti. A seguir o Senhor

Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 564/96, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e noventa e seis, na Sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a

Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Senhores Deputados Edno Guimarães, Élio Lino Rusch, Cesar Seleme e Luiz Carlos Alborghetti. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 554/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab. Relator Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei n° 558/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva. Relator Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei n° 053/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(a) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária